

Programas internacionais: seu impacto e sua implantação em países em desenvolvimento *

International programmes: impact and implementation in developing countries

ANTÔNIO AGENOR BRIQUET DE LEMOS **

As perspectivas promissoras oferecidas pelos programas internacionais poderão ser frustradas se as entidades por eles responsáveis não levarem em consideração as necessidades específicas e as peculiaridades dos países em desenvolvimento. Esses países devem ter uma participação mais ativa na formulação de normas internacionais e devem lutar para que o estímulo à cooperação e intercâmbio internacionais não se transformem em mais um meio de perpetuar sua condição de dependência. A aquisição de sistemas de informação computadorizados é apenas uma faceta da provisão de informações, que envolve a criação no país de acervos bibliográficos compatíveis com

* Este trabalho foi apresentado perante a conferência comemorativa do 10º aniversário do International and Comparative Librarianship Group da Library Association da Grã-Bretanha, realizada na Loughborough University of Technology, de 23 a 25 de setembro de 1977. Nesta versão para o português, o autor fez algumas modificações de forma, mas que não alteraram o conteúdo original. O texto original em inglês será publicado nos anais da conferência pela Library Association durante o corrente ano.

** Professor do Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Brasília

suas necessidades. Aos países em desenvolvimento interessam mais os sistemas internacionais patrocinados por organizações intergovernamentais do que aqueles controlados por empresas privadas. A informação de caráter humanístico e social e não apenas a informação científico-tecnológica, é de particular importância no processo de mudança social.

É com o máximo de cautela que faço essas considerações sobre matéria concernente aos países em desenvolvimento. Em primeiro lugar, porque não tenho procuração desses países para tecer comentários sobre o impacto e a implantação, em seus territórios, de programas internacionais no campo da biblioteconomia e da informação.

Em segundo lugar, porque é extremamente difícil, para não dizer impossível, fazer generalizações sobre países que, por razões estatísticas, políticas e de outros tipos, são agrupados sob o rótulo comum de países em desenvolvimento.

Nos dias atuais, este mundo é em sua maior parte um mundo em desenvolvimento ou subdesenvolvido, em termos de extensão territorial, utilização e não-utilização de recursos naturais, história e tradições, cultura e aspirações, e, por fim mas não menos importante, em termos dos vínculos econômicos e políticos que tornam essa parte majoritária do mundo dependente de um pequeno aglomerado de nações ricas e industrializadas. No mundo em desenvolvimento, também chamado Terceiro Mundo, vive a maioria da população deste planeta, e seus problemas tornam insignificantes os problemas com que se defrontam as nações industrializadas. Somos antes a regra que a exceção.

A história nos ensina, ironicamente, que alguns dos países que hoje são chamados em desenvolvimento foram outrora nações poderosas, cujo domínio se estendia sobre imensos territórios. Lamentavelmente, os países que hoje

são dominantes conhecem as lições da história e farão todo o possível para evitar semelhante regressão.

Embora os países em desenvolvimento apresentem uma gama muito variada de situações, de tal forma que dois países nunca se assemelham totalmente, o que torna desorientadora sua classificação sob um termo comum, parece existir uma espécie de consenso geral sobre o que é e quais são os países em desenvolvimento. Espero que os leitores compartilhem desse consenso, poupando-me a tarefa de descrever e identificar cada um deles.

O objetivo deste trabalho é traduzir certas idéias e observações gerais quanto à relevância para os países em desenvolvimento de alguns dos principais programas internacionais que foram ou vêm sendo desenvolvidos no setor de bibliotecas e informação científica. Tenho a impressão de que cada país em desenvolvimento tem o dever de, no momento oportuno, realizar estudos específicos sobre as formas de como tais programas estão sendo implementados dentro de suas fronteiras. Por exemplo, no número de julho/agosto de 1977 do **Boletim de la Unesco para las Bibliotecas** foram publicados artigos que tratam da aplicação de um desses programas — o ISBD — na compilação de bibliografias nacionais de países da África, Ásia e América Latina (1, 2, 3). A medida que relatórios como esses forem sendo publicados, ter-se-á em mãos um quadro mais completo da situação, que permitirá se façam estudos comparativos e generalizações mais pertinentes.

É sabido que, através das atividades da Unesco IFLA/FIAB, FID e ISO, além das de organizações nacionais estrangeiras, como a Fundação Ford e outras instituições financiadoras, os países em desenvolvimento têm acumulado uma certa experiência em matéria de diplomacia da cooperação internacional. Tal experiência, entretanto, parece não ter servido para fazer com que os programas internacionais aqui citados se orientassem para o atendi-

mento das reais necessidades e interesses dos países em desenvolvimento. Esse fato viria a ser lembrado, já em 1972, por um bibliotecário de país desenvolvido, então presidente da IFLA, ao referir-se ao projeto UNISIST: «Não há dúvida que a proclamada preocupação do projeto UNISIST para com os países em desenvolvimento não consegue ocultar o fato de que seus promotores estão pensando em termos de sociedades altamente industrializadas. Não é um perigo imaginário que o UNISIST venha a contribuir para aumentar ainda mais a distância que separa os países em desenvolvimento dos países desenvolvidos» (4).

Quem estiver disposto a provocar o Sr. Liebaers poderá replicar com as mesmas palavras, dizendo que, durante sua existência, a IFLA só veio a tomar conhecimento da existência dos países em desenvolvimento nos últimos anos. Além disso, alguns dos próprios programas que são atualmente apoiados por essa organização de caráter internacional, mas que se esforça por manter-se tão perto quanto possível de suas origens européias, são programas muito mais adequados às condições do mundo industrializado do que às necessidades dos países em desenvolvimento. Como, por exemplo, o Controle Bibliográfico Universal ou UBC.

O conceito do UBC implica como motivação básica a promoção de um sistema mundial de controle e intercâmbio de informações bibliográficas, como um passo necessário para possibilitar o acesso às publicações em escala universal. Tem sido reiterado que o UBC procura concentrar seu principal esforço nos países em desenvolvimento. Mas, como bem chamou a atenção Stephen Parker, bibliotecário inglês que tem experiência de trabalho no Terceiro Mundo, é possível que esse esforço venha a acarretar mais benefícios para os países industrializados, que procuram avidamente constituir seus acervos bibliográficos de publicações dos países em desenvolvimento.

Parker também destacou um ponto importante que seria a ênfase excessiva no controle bibliográfico de per si levar a um descuido ou desinteresse para com o estabelecimento de sistemas nacionais de bibliotecas, requisito indispensável ao desenvolvimento da indústria editorial nos países em desenvolvimento (5). Está claro que quando Parker teceu esses comentários, o conceito do UBC ainda não fora incorporado aos objetivos do programa NATIS, mas, isso não invalida a substância do pensamento desse autor.

Todos sabem que dentro do programa do UBC foram instituídas normas bibliográficas internacionais para a descrição de monografias, publicações seriadas e materiais não-bibliográficos, conhecidas como ISBDs. Essas normas têm sido alvo de diferentes tipos de críticas. No boletim da Unesco mencionado acima, encontram-se críticas ao fato de elas não terem levado em conta certos usos bibliográficos e lingüísticos, principalmente aqueles encontrados em países asiáticos. A ênfase dada pelas ISBDs ao emprego de símbolos de pontuação pode parecer ridícula naquelas culturas cujos idiomas não empregam símbolos de pontuação (6).

Também existem dificuldades que não são decorrentes do padrão cultural de um determinado país e que estão relacionados com o nível de desenvolvimento bibliotecário e a disponibilidade de mão-de-obra especializada. Essas dificuldades podem ter como causa aqueles esforços que são dispendidos na implantação de regras extremamente minuciosas, prescritas para o registro bibliográfico básico ou completo. Tais regras são dominadas por uma excessiva preocupação com o documento impresso, refletindo as complexas necessidades das grandes bibliotecas gerais da Europa e dos Estados Unidos e não levando em conta as necessidades de bibliotecas voltadas para os usuários de forma prioritária, como devem (ou deveriam) ser as dos países em desenvolvimento. Isso

não quer dizer que esteja ignorando a ressalva de que podem ser elaborados registros bibliográficos menos detalhados a partir do registro completo, que é recomendado apenas para a agência bibliográfica nacional, conquanto que sejam respeitadas a ordem e a pontuação prescritas em cada ISBD . . .

Já em 1973 a Prof^a Nilcéa A. Rossi Gonçalves, que leciona Catalogação na Universidade de Brasília, expressava o seu desapontamento com a ISBD. Em artigo que parece não ter recebido a atenção que merecia, ela colocava alguns dos principais problemas que a obediência servil à ISBD iria acarretar em bibliotecas brasileiras, principalmente aqueles ligados aos custos e à necessidade de manter atualizados os catálogos das bibliotecas em face de uma produção bibliográfica crescente (7).

Compreender-se-á melhor a inquietação dessa professora se se acrescentar que a implantação da ISBD no Brasil poderá representar um sério golpe no movimento, que ganhava força, a favor da adoção de regras catalográficas simplificadas, a fim de acelerar o processamento dos materiais. Em 1971, nunca é demais lembrar, havia em nossas bibliotecas mais de três milhões de livros à espera de catalogação, sem contar o meio milhão em condições semelhantes na Biblioteca Nacional, onde alguns dos quais tinham sido adquiridos na época de sua fundação, já lá se vão mais de 150 anos. O total de livros não catalogados correspondia, assim, a 30% do patrimônio bibliográfico existente nas bibliotecas do país, conforme dados fornecidos ao IBGE. Não quero dizer que esse exemplo implique em que a adoção de uma catalogação simplificada ou detalhada seja a única razão de justificar a eficácia ou ineficácia do processamento técnico. Deve-se, porém, considerá-lo como um mecanismo para suscitar uma questão fundamental, a saber: no campo das bibliotecas e da informação, o que de bom para um

país desenvolvido também será para um país em desenvolvimento?

Conforme Wijasuriya comentou: «A tendência a resistir à adoção de normas internacionais pode decorrer simplesmente do fato de as instituições que formulam essas normas freqüentemente fazerem caso omissso, talvez de forma inconsciente, das convenções, práticas ou problemas encontrados fora do mundo europeu-norte-americano. Esta tendência deve ser superada se se quiser alcançar universalmente um objetivo almejado» (2).

Críticas semelhantes a estas não significam que a normalização seja por si mesma indesejável. Entretanto, elas põem em evidência o fato de que, ao serem formuladas as normas, deverão ser levadas em consideração as peculiaridades nacionais de uma ampla variedade de países, bem como ser ouvidos representantes nacionais que possuam a devida competência, para que tais normas sejam de índole menos restrita. Do contrário, como se chegará à interpretação de registros bibliográficos através das barreiras lingüísticas e como se fará a conversão desses registros a uma forma legível por computador?

As regras catalográficas dominantes refletem a estrutura de uma organização heterogênea das técnicas de produção do livro nas nações ocidentais e que resultam de diferentes tradições nacionais ou, simplesmente, da mera ignorância dos impressores e editores ou dos caprichos dos autores. Muitos problemas de catalogação são problemas que decorrem dos baixos padrões da indústria editorial. Parece que uma posição razoável a ser adotada internacionalmente seria o estabelecimento e a adoção, de fato, de normas para produção e apresentação de livros e outros suportes de informação. Tais normas deveriam ser estabelecidas e obedecidas com o objetivo de facilitar a descrição bibliográfica e a identificação de autoria. Assim se aceleraria o processo de catalogação e se estaria con-

tribuindo para impedir a ressurreição, como fetiches, das regras catalográficas.

Se me permitirem uma analogia com a medicina, direi que os bibliotecários inventaram uma enorme estrutura de regras casuísticas para tentar curar os males que afetam a produção de materiais impressos no que concerne à sua identificação e descrição. Esta espécie de biblioteconomia curativa ou terapêutica parece estar fadada ao fracasso, uma vez que os novos remédios jamais conseguem provocar o desaparecimento das doenças.

Da mesma forma que nas ciências da saúde a melhor arma contra as doenças é preveni-las por meio da imunização, também deveríamos experimentar novas abordagens no domínio da biblioteconomia **preventiva**. E a catalogação na fonte é um bom exemplo disso que aqui chamo de biblioteconomia preventiva. Além da catalogação na fonte, o Sistema Internacional de Dados sobre Publicações Seriadas (ISDS) e o Número Internacional Padronizado do Livro (ISBN) são exemplos dessa abordagem preventiva e do tipo de relação que deve existir em nível nacional e internacional, entre os produtores e os organizadores de documentos, a fim de serem encontradas soluções adequadas para os problemas criados pela crescente complexidade da produção bibliográfica e da previsão de acesso a essa produção.

O futuro da catalogação na fonte não parece ser muito promissor em vista da natureza exclusivista da ISBD. Como se sabe, seguindo as ISBDs, a agência bibliográfica nacional estabelecerá o registro bibliográfico autorizado para cada nova publicação aparecida no país. A ênfase nesse aspecto e os argumentos relativos à prática atual da catalogação na fonte, desenvolvidos no documento de base da conferência da Unesco sobre bibliografias nacionais, realizada em Paris, em setembro de 1977, deixam evidente que o registro feito para a catalogação na fonte jamais poderá substituir «o registro autorizado defini-

tivo preparado pela agência bibliográfica nacional». Esse documento de base, contudo, recomenda a melhoria dos atuais métodos de catalogação na fonte e que seja incluído um mínimo de elementos em cada registro, de conformidade com a ordem e a pontuação ditadas pela ISBD (8).

Considera-se o controle das informações bibliográficas como uma etapa fundamental ao intercâmbio de arquivos bibliográficos entre as agências bibliográficas nacionais. A palavra intercâmbio, em qualquer língua, equivale a dar ou oferecer algo em troca de alguma outra coisa. Na sua forma substantiva ou verbal sempre está implícita a noção de reciprocidade. É duvidoso, no entanto, que possa ocorrer algum intercâmbio com esse sentido entre dois países ou regiões cujas produções bibliográficas não sejam equivalentes, pelo menos em termos numéricos. Será que a Library of Congress estaria disposta a aceitar numa base permanente o intercâmbio das fitas MARC com as fitas CALCO que estão sendo planejadas para o Brasil?

É evidente que a palavra intercâmbio é empregada de forma figurativa nesse contexto. Será necessário que haja algum pagamento, pelo menos para cobrir os custos de produção das cópias das fitas magnéticas ou das bibliografias nacionais impressas. Só a título de curiosidade e para exemplificar, é bom lembrar que o preço de venda das fitas MEDLARS, em base não comercial, que só cobre os custos de reprodução é da ordem de 500 dólares. Numa transação estritamente comercial essas mesmas fitas podem chegar a custar 50 mil dólares (9).

É de se presumir que, uma vez tendo tido acesso aos arquivos bibliográficos estrangeiros, os países em desenvolvimento identifiquem materiais relevantes para serem adquiridos. É razoável supor que a melhoria nos processos de divulgação de novas publicações estimulará uma demanda maior de materiais bibliográficos dos países desenvolvidos nos países em desenvolvimento. Numa situação

em que a deterioração dos termos de comércio para os países em desenvolvimento é uma constante, a aquisição desses materiais no estrangeiro exigirá o desembolso de moeda forte e a conseqüente resistência das autoridades financeiras a aprovar a importação de publicações do exterior no volume exigido pelos bibliotecários e usuários.

Além das medidas que já foram tomadas em tratados e acordos internacionais, visando a facilitar a aquisição de materiais bibliográficos em países estrangeiros, parece que seria apropriado e necessário ampliar o conceito de nação mais favorecida para aqueles países em desenvolvimento que enfrentam dificuldades monetárias na aquisição de materiais bibliográficos em países industrializados.

Qualquer política visando a facilitar a importação de livros, periódicos e bases de dados bibliográficos não deve constituir-se num estratagema para permitir a prática do **dumping** do mercado editorial dos países em desenvolvimento por parte das nações industrializadas e a sufocação da indústria editorial local.

No que se refere à implantação do conceito de redes internacionais, foi sugerido, em documento editado pela Unesco, que o Terceiro Mundo teria a lucrar «com a inovação social de bibliotecas e centros de informação interativos sem ter de basear sua ação na premissa de que tais atividades, que levariam a uma ligação internacional em rede, precisariam depender de grandes computadores... Como o saber é um recurso nacional e todo país deve procurar incrementar e utilizar esse recurso, é essencial que se faça todo o possível para se conseguir uma ligação com outros países, mesmo que seja por meio da chamada «parasitologia de redes». Isto consiste em fazer avançar as técnicas existentes, desde o correio comum, correio aéreo, telex, telefone, terminais interativos acionados por discagem até interconexões por linhas arrendadas, de modo que o país poderia considerar-se um nóculo na rede de informações/computador/telecomunicações e não

um «império de informações» nacional, estanque e administrado burocraticamente. Se se verificar que um serviço em outro país da região é melhor ou mais desenvolvido, sua utilização, de um ponto de vista nacional, liberará forças para outras atividades e, assim, poderá ocorrer uma divisão do trabalho entre os países» (10). Peço desculpas pela extensão desta citação, mas ela se justifica pela reputação de seu autor, pelo fato de achar-se num documento editado pelo programa NATIS, e porque sintetiza uma visão unilateralmente tecnicista do problema.

A imagem descrita acima não deixa de ser atraente. Mas há dois pontos que gostaria de levantar. Em primeiro lugar, parece que, em geral, os custos de teleprocessamento internacional são relativamente altos para a capacidade de gastos de muitos países em desenvolvimento. Em segundo lugar, suponho que essa proposta seria muito pertinente num mundo sem fronteiras políticas e onde os países não fossem presas constantes da suspeita. Se o saber é um recurso nacional, por que cargas d'água iria um país abrir mão da posse e controle desse recurso? O país que viesse a aceitar o fato de depender de uma base de dados localizada fora de seu território, a fim de obter as informações necessárias, passaria também a depender de restrições e alterações de política no país fornecedor das informações. Por outro lado, esse argumento de uma divisão do trabalho em escala mundial já foi empregado antes, e com frequência, para justificar a perpetuação de um sistema de trocas pelo qual os países em desenvolvimento exportam matérias-primas e importam manufaturados.

Idéias como «comunicação» e «intercâmbio», que são freqüentemente utilizadas para justificar programas internacionais no campo da biblioteconomia e da informação técnico-científica, exigem que sejam melhor explicadas. Antes de tudo, é preciso deixar claro que elas implicam numa participação bilateral. Essa reciprocidade pode ser

conseguida com menos dificuldade quando as partes interessadas compartilham de características culturais similares e de níveis comparáveis de desenvolvimento sócio-econômico, para não citar a questão da autodeterminação política. Sempre que um dos parceiros não conseguir equiparar-se com o outro, em termos de poder econômico e político, tornar-se-á extremamente penoso chegar a uma solução de compromisso que seja aceitável e justa. Dar e receber é uma arte desconcertante quando se tem mais a receber do que a dar.

Já toquei nos problemas ligados ao acesso a documentos nos países em desenvolvimento. Um programa que vise a proporcionar o acesso universal às publicações representa um passo positivo na concretização do princípio de livre fluxo de informações entre as nações. Não adianta estimular a utilização de arquivos bibliográficos computadorizados nos países em desenvolvimento se os documentos primários para os quais eles remetem não existirem localmente, pelo menos em proporção satisfatória.

Uma solução bastante promissora e viável para os países em desenvolvimento é a realização de atividades regionais e locais no que se refere ao acesso aos documentos. Nenhum planejamento de infra-estruturas nacionais de serviços de bibliotecas e informação pode omitir o exame sério da criação de um sistema para a utilização racional de recursos financeiros na formação de acervos bibliográficos. Esse planejamento deve ter em conta as atividades de empréstimo interbibliotecário, aquisição cooperativa, expurgo (ou desaquisição, para usar um neologismo já corrente na literatura em inglês) e armazenagem cooperativa.

Em escala internacional, não parece que os países em desenvolvimento tenham conscientemente criado obstáculos ao acesso às publicações por parte das nações industrializadas. Quando esses obstáculos existem, trata-se de

um dentre as inúmeras deficiências provocadas pelo subdesenvolvimento. As atividades desempenhadas pelos escritórios da Library of Congress em vários países em desenvolvimento mostram que as publicações se encontram ali, e basta alguém disposto a ir cavar à sua procura.

Os países em desenvolvimento devem esperar e ver em que medida o programa de Acesso Universal às Publicações afetará positivamente a provisão de documentos às suas clientelas locais. Alguns desses países poderão até mesmo considerar a possibilidade de que esse programa lhes dê condições de reivindicar às antigas metrópoles a devolução daqueles materiais bibliográficos e de arquivos que outrora foram tomados de sua posse legítima. . . .

Outro ponto a examinar no presente contexto é a participação dos países em desenvolvimento na produção e utilização de serviços de informação computadorizados de caráter internacional. A divisão desses serviços em duas áreas, uma sob o controle de organizações intergovernamentais e a outra que pertence e é comercializada por governos nacionais e/ou empresas comerciais privadas, tende a transplantar para os países em desenvolvimento a mesma competição que caracteriza a situação atual nos países industrializados. Afinal, esta é a era da indústria da informação. E uma indústria deve vender para sobreviver.

Quando, nos países em desenvolvimento, as autoridades e os profissionais não estão a par das implicações que envolve a aquisição de sistemas de informação computadorizados produzidos no exterior, é possível que, após tomada a decisão de adquiri-los, venham a defrontar-se com conseqüências desastrosas. Às vezes, a decisão foi tomada sem o devido exame dos custos de processamento envolvidos e a mão-de-obra especializada que seria necessária à operação do serviço. Considerando que as necessi-

dades de informações e o comportamento dos usuários são comumente ignorados por aqueles que tomam as decisões, os serviços proporcionados por um sistema caro e sofisticado não atenderão às expectativas daqueles que se deixaram seduzir pelos vendedores e suas promessas maravilhosas.

Os países em desenvolvimento não podem colocar de lado o fato de que esses sistemas de informação computadorizados existem e de que eles devem ser utilizados sempre que isso seja viável e conveniente. O problema é saber qual dos dois tipos de serviços acima citados é o mais adequado para as características particulares de um país em desenvolvimento. Aqueles sistemas de informação que até agora foram desenvolvidos e são mantidos por organizações governamentais internacionais, sob a égide de agências especializadas das Nações Unidas, são provavelmente mais compatíveis com as necessidades dos países em desenvolvimento, posto que não se acham comprometidos com uma determinada clientela nacional. Além disso, como têm de ser verdadeiramente internacionais, a cobertura que dão a assuntos que interessam mais de perto aos países em desenvolvimento, e a atenção que têm de dar à organização interna dos arquivos, em função de sua fácil utilização por usuários de diferentes contextos culturais e lingüísticos, são vantagens que dificilmente outros sistemas podem oferecer.

As nações em desenvolvimento não são um deserto uniforme de idéias, hipótese que parece estar implícita no lugar comum que essas nações são mais consumidoras do que produtoras de informações. Se na área científica e tecnológica sua participação na produção universal de informações é apenas uma pequena parcela, que, não obstante, tem de ser indexada por qualquer sistema que almeje ao internacionalismo, no campo da erudição humanística e das ciências sociais essas nações contam com uma longa e respeitável tradição. É provável que, para

alguns países em desenvolvimento, o acesso a esse último tipo de informações seja extremamente importante no processo de descolonização ideológica e reorganização de antiquadas estruturas sociais, políticas e econômicas. Em suma, as mudanças sociais, que são tão necessárias nos países em desenvolvimento, não poderão ocorrer somente com a utilização de conhecimentos gerados no campo das ciências puras e da tecnologia.

Existem países subdesenvolvidos e países subdesenvolvidos. Todos podem parecer iguais, mas alguns são mais iguais do que os outros. Algumas das considerações aqui feitas e dos julgamentos emitidos certamente serão irrelevantes para alguns ou até para a maioria desses países. Este é um risco difícil de evitar quando se fazem generalizações. Essas, contudo, foram feitas a partir da perspectiva de que se situa num determinado país em desenvolvimento e ao qual é bastante provável que sejam aplicadas.

A participação do Terceiro Mundo em programas internacionais no campo dos serviços de bibliotecas e informação é um direito inalienável e um compromisso sério. Os países dessa parte do mundo têm de enfrentar um desafio muito maior do que aquele que enfrentam os países desenvolvidos, pois freqüentemente têm de atacar em diversas frentes ao mesmo tempo. Até mesmo a possibilidade de nós não repetirmos os erros dos países industrializados, que é apregoada tão amiúde, não constitui uma verdade absoluta. Os erros e equívocos cometidos pelos países desenvolvidos na construção de seus serviços de bibliotecas e informação não estão sujeitos a ocorrer num contexto social e histórico diferente e ainda assim manterem as mesmas características em termos de causas e efeitos. Por trás das afirmativas de que podemos evitar erros está a idéia de que a solução que funcionou numa sociedade desenvolvida haverá de funcionar numa subdesenvolvida. Na realidade, temos de incorrer em erros.

Normalmente, esta é a melhor forma de aprender e desenvolver as aptidões que levam à criação de novas maneiras de fazer as coisas e à aquisição de independência de pensamento e ação.

The promising prospects displayed by international programmes may be doomed to failure if their sponsoring institutions do not take into account the specific needs and peculiarities of the developing countries. These countries should have a more effective participation in the drawing up of international standards and they must strive in order to avoid that the implementation of international cooperation and exchange does not become a new means of perpetuating their condition of dependence. The acquisition of computerized information systems is only one aspect of the provision of information which requires the building up on each country of bibliographic collections compatible with the country's needs. International information systems sponsored by intergovernmental organizations are more relevant to developing countries than those controlled by private corporations. Information in the field of humanities and social sciences is particularly important for the process of social change and not only scientific and technical information.

BIBLIOGRAFIA

- 1 AJE, S. B. ISBD application to African national bibliographies. *Unesco Bulletin for Libraries* 31 (4) :216-222, 1977
- 2 WIJASURIYA, D E K. ISBD application to Asian national bibliographies. *Unesco Bulletin for Libraries* 31 (4) :223-232, 1977
- 3 MONTE-MÓR, J & GOMES, H E. ISBD application to Latin American national bibliographies. *Unesco Bulletin for Libraries* 31 (4) :233-239, 254, 1977

- 4 LIEBAERS, H. In: **IFLA News** (42) :3, Nov. 1972 Citado por Parker (5)
- 5 PARKER, J S. International librarianship — a reconnaissance **Journal of Librarianship** 6 (4) :219-232, 1974
- 6 KERR, R & CLARKE, T. C The development of the International Standard Bibliographic Description (ISBD) and some problems for non-roman scripts **Unesco Bulletin for Libraries** 31 (4) :210-215, 1977
- 7 GONÇALVES, N. A. R. A ISBD e sua utilização nas bibliotecas. **Revista de Biblioteconomia de Brasília** 1 (2) :159-166, 1973
- 8 INTERNATIONAL CONGRESS ON NATIONAL BIBLIOGRAPHIES. Paris, 1977. **The national bibliography: present role and future developments, prepared by the IFLA International Office for UBC**. Paris, Unesco, 1977 97 p. (PGI-77/UBC/2)
- 9 A CASE worth noting in case you hadn't heard **American Libraries** 8 (4) :172, 1977
- 10 TELL, B. **Design and planning of national information systems (NATIS); a paper for government planners** Paris, Unesco, 1976 58 p (COM-76/NATIS/7)